

Sobre o que os deputados legislam? um estudo sobre a agenda política legislativa (1995 – 2014)

Bhreno Vieira

Bacharel, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Mariana Batista

Doutora, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Quais são os temas que compõem a agenda legislativa dos partidos políticos brasileiros? O objetivo deste trabalho é analisar a contribuição parlamentar no processo de formação da agenda política legislativa, entre os anos de 1995 a 2014. E desta forma, identificar os principais temas que compõem a pauta dos partidos políticos brasileiros enquanto estão na Câmara dos Deputados. Para isso, utilizamos uma amostra das iniciativas legislativas (projetos de lei, projetos de emenda constitucional e projetos de lei complementar) apresentadas durante as legislaturas 50^a a 54^a. Classificando-as conforme a tipologia desenvolvida por Baumgartner e Jones (1993), *Comparative Agendas Project*, além de técnicas de estatísticas descritivas para sistematização dos dados. Os resultados da pesquisa apresentam uma descrição da atuação dos partidos políticos no Legislativo e como esses expressam sua agenda política por meio das proposições ao longo do tempo.

Palavras-chave: Câmara dos Deputados; agenda legislativa; iniciativas parlamentares; análise de conteúdo.

INTRODUÇÃO¹

Quais são os temas que compõem a agenda legislativa dos partidos políticos brasileiros? A agenda política é o conjunto de temas importantes às quais os atores políticos dedicam sua atenção (Green-Pederson & Walgrave, 2014). Tais questões podem incluir economia, saúde, educação, política externa e muitos outros, variando à medida que emergem novas *prioridades* segundo o contexto. Conforme, demonstrado em Batista e Vieira (2016) uma forma importante de identificar esses temas seriam por meio das iniciativas legislativas apresentadas pelos parlamentares e partidos políticos.

O presente trabalho possui o objetivo de analisar a contribuição parlamentar no processo de formação da agenda política legislativa entre os anos de 1995 a 2014, perío-

¹ Os autores agradecem ao apoio institucional e financeiro da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco

do que compreende a legislatura 50^a até a 54^a. E dessa forma detectar qual seria a agenda política dos partidos brasileiros que ocuparam cadeiras na Câmara dos Deputados, durante o período analisado.

Para isso, o trabalho utilizará por meio da análise de conteúdo das iniciativas apresentada na Câmara de Deputados por meio de seus membros, entre os anos de 1995 a 2014, classificando-as conforme a metodologia proposta nas diretrizes *Comparative Agendas Project* elaborado por Baumgartner e Jones (1993). Com esse trabalho, esperasse conhecer melhor a atuação dos partidos políticos enquanto atuam no Câmara dos Deputados, como se diferenciam entre si e como expressam sua agenda política nas iniciativas legislativas ao longo dos anos.

O restante do artigo está organizado em outras quatro seções: a revisão da literatura (2); os dados e métodos (3); os resultados (4) e por fim, breves considerações sobre os principais achados da pesquisa (5).

REVISÃO DA LITERATURA

O poder Legislativo têm como funções básicas em uma democracia moderna: representar os interesses da população e a produção de leis que definiram as políticas públicas do Estado (Limongi & Figueiredo, 2004). Por isso, “a produção de leis é uma das principais atividades de um governo”, sendo por meio delas que “os governos são capazes de implementar as suas agendas políticas e mudar o *status quo*” (Izumi, 2017) e por meio de suas decisões “modificam a distribuição de interesses, recursos e preceitos políticos, na medida em que criam novos atores e identidades” (March & Olsen, 1989).

No Brasil, conforme está presente na Constituição de 1988, a produção legislativa é de reponsabilidade dos membros do Legislativo, do presidente da República, membros do Judiciário e cidadãos (artigo 61 da Constituição). O texto constitucional ainda delega importantes poderes ao presidente da República, como: a emissão de Medidas Provisórias; a capacidade de iniciar projetos de emenda constitucional, leis complementares e ordinárias; *prioridade* em matérias orçamentária, tributária e administrativa e ainda podendo ditar o ritmo de apreciação e tramitação das proposições, por meio dos pedidos de urgência. Garantindo um enorme poder de agenda para o chefe do Executivo (Figueiredo & Limongi, 1999), que domina boa parte da produção legal e possui um taxa de sucesso muito elevada, como destacam Figueiredo e Limongi (1999).

Segundo Figueiredo e Limongi (2007), o percentual até 2006, era de aproximadamente 80% das leis aprovadas eram produzidas pela Presidência e 75% eram aprovadas durante os mandatos de quem propôs, apresentando fortes evidências para afirmar que o Executivo brasileiro é um forte ator no processo de formulação de políticas públicas. Contudo, Almeida (2016; 2017) chama atenção que o cenário marcado pela preponderância do Executivo na produção legislativa nacional está mudando consideravelmente, demonstrando que entre as leis não orçamentárias “nos períodos 1991 – 2002 e 2011

– 2014, a parcela de iniciativas do Executivo diminui de 69% para 32%, enquanto que a de iniciativa parlamentar aumentou de 23% para 54%” (Almeida, 2017), evidenciando um novo protagonismo do Congresso no que refere-se a produção legislativa.

Os trabalhos empíricos recentes evidenciam a diminuição das leis de origem do Executivo e aumento da legislação por parte dos parlamentares (Almeida, 2017), e mesmo que a Presidência ainda produza 64% dos textos da Lei, os legisladores durante a tramitação no Congresso alteram e deliberam sobre as propostas do Executivo (Freitas, 2016), chegando até a modificar cerca de 40% do seu conteúdo, como foi observado no trabalho de Freitas (2016), ou seja, parlamentares e partidos participam ativamente do processo de produção legislativa. Silva e Araújo (2010) e Izumi (2017) demonstram que há uma apropriação dos projetos de parlamentares pelo Executivo. Constatando que os projetos legislativos mesmo não sendo aprovados, servem de influência para outros projetos (Izumi, 2017). Ou seja, “a participação dos partidos e parlamentares não é pequena ou desprezível no processo de produção legislativa” (Freitas, 2016).

Sobre o que fala a literatura política sobre a produção legislativa voltada para ótica do Legislativo? A literatura política nacional aponta que mesmo com as modificações evidenciadas acima, o poder Executivo é “o principal legislador *de jure* e de fato” (Figueiredo e Limongi, 1999) por causa do enorme poder de agenda que lhe é garantido na Constituição de 1988. Fazendo com que em diversos estudos destaquem o chefe do Executivo federal como o grande legislador nacional e pouco evidenciando o papel dos partidos políticos no processo de produção legislativa (Araújo e Silva, 2012). Entretanto, como Araújo e Silva (2012) destacam em um “levantamento feito nos sítios eletrônicos da Câmara e do Senado mostra que foram mais de 44 mil projetos de leis apresentados por iniciativa de parlamentares” entre 1988 a 2012 que não foram estudados, assim como Moreira (2016) chama à atenção que “ainda não há pesquisa que tenha analisado a contribuição parlamentar na formulação de todas as leis aprovadas após a Constituição de 1988”, indicando a necessidade para estudos que possam identificar a agenda política dos partidos enquanto legisladores.

Vale frisar, que mesmo não possuindo o intuito de analisar a agenda legislativa dos partidos brasileiros, alguns trabalhos apontam importantes considerações sobre a produção de conteúdo por parte dos parlamentares. Como as pesquisas de Figueiredo e Limongi (1999), Ricci (2003), Amorim Neto e Santos (2003) e Santos (2013).

Com base nas hipóteses vigentes sobre as Instituições políticas brasileiras de que a junção de regras eleitorais personalistas somadas a um regime altamente federalizado (Mainwaring, 2001) fomentariam os parlamentares a produzirem leis que atendam demandas locais e particulares de seus redutos eleitorais, deixando a cargo do presidente propor leis de cunho nacional, que seriam aprovadas mediante a transferência de recursos orçamentários para a clientela dos legisladores (Ames, 2003). Dessa forma, o conteúdo da legislação apresentada pelos parlamentares seriam repletas de leis particularistas, clientelistas e paroquiais. Analisando esses argumentos, os trabalhos de Ricci (2003) e Amorim Neto e Santos (2003) classificam as leis aprovadas no Congresso por meio de metodologias diferentes, porém encontram resultados similares: que os congres-

sistas produzem leis de cunho nacional e de forte teor social, e que a organização dos trabalhos no Congresso nacional fomentariam o atendimento de demandas gerais e não propriamente distributivas.

Novos estudos sobre a República brasileira apresentaram que as previsões de paralisia decisória e falta de governabilidade não se concretizaram. Isso, por causa de um presidente dotado com fortes poderes de agenda e por meio da atuação dos líderes partidários (Figueiredo & Limongi, 1999) que mantinham os partidos disciplinados e coesos em torno de suas agendas e da agenda do presidente. Concluindo que o conteúdo das leis é influenciado pelas preferências dos partidos que produzem legislações de cunho nacional. O trabalho de Santos (2013) agrupa em nove eixos temáticos à sua classificação e seus resultados indicam que os partidos se comportam de maneira similares no que refere-se a alguns temas (Administração Pública e Judiciário, por exemplo) e diferentes a outros (como questões de minorias).

Os trabalhos mencionados acima analisam bem mais o parlamentar de maneira individual no decorrer do processo legislativo, não levando em consideração que as atividades dentro do Congresso organizam-se em torno dos partidos políticos (Figueiredo & Limongi, 1999). Pois, como assegura Aldrich (1995) os partidos políticos conseguem solucionar 3 grandes dilemas que são impostos ao parlamentar individual quando esses ocupam cadeiras no Parlamento: a) os problemas de ação coletiva dentro da Legislatura; b) os problemas de escolha social na formulação de políticas e c) os problemas de ação coletiva na mobilização de eleitores. Fazendo com que dessa forma, o parlamentar individual submeta-se às diretrizes do partido político, sendo disciplinado a fim de obter os benefícios que o partido ganham ao decorrer das atividades legislativas. Essa realidade exposta por Aldrich (1995) também é observada no cotidiano parlamentar brasileiro, por meio dos trabalhos de Figueiredo e Limongi (1999), Pereira e Mueller (2003) e Freitas, Izumi e Medeiros (2017).

Com base nesses pressupostos, Batista e Vieira (2016) apresentam uma classificação que tem por objetivo “identificar as diferenças de ênfases e estabelecer a saliência temática para presidentes e para os diferentes partidos políticos” sendo “específica e compreensiva”. Para isso, os autores utilizaram a taxinomia desenvolvida por Baumgartner e Jones (1993), *Comparative Agendas Project*, e assim utilizar para identificar os principais temas presentes na agenda legislativa nacional. Os autores concluem que essa classificação e a metodologia empreendida na pesquisa possa servir de base para estudos sobre o comportamento partidário, as relações Executivo-Legislativo, questões de polarização e entre outros temas da agenda de pesquisa brasileira. Além de apontarem 4 benefícios em observar a saliência através das proposições legislativas: “1) são dados publicamente disponíveis; 2) proposições legislativas se referem à políticas e são instrumentos importantes para os atores políticos; 3) não há maiores constrangimentos quanto ao conteúdo do que é proposto e 4) podemos construir medidas de saliência para o indivíduo ou agregados partidários” (Batista & Vieira, 2016).

O presente trabalho toma por base os indícios apresentados acima referentes à composição da agenda legislativa dos partidos políticos brasileiros. Que em suma, destacaram que: a) a participação e produção de conteúdo por parte dos partidos enquanto es-

tão no Congresso (seja na Câmara de Deputados ou Senado Federal) não é desprezível ou insignificante (Silva & Araújo, 2010; Almeida, 2016; 2017; Freitas, 2016; Izumi, 2017); b) necessita ser pesquisada e melhor conhecida (Araújo & Silva, 2012; Moreira, 2016); c) as atividades parlamentares são estruturadas em torno dos partidos políticos e seus líderes (Figueiredo & Limongi, 1999; Pereira & Mueller, 2003; Freitas, Izumi & Medeiros, 2017) e d) a agenda legislativa dos partidos e seu conteúdo pode ser classificável com a finalidade de ser melhor descrita e estudada (Batista & Vieira, 2016). Essas questões fundamentam os princípios teóricos deste artigo.

A pesquisa tem como objetivo analisar a contribuição parlamentar no processo de formação da agenda política legislativa dos partidos brasileiros, entre os anos de 1995 a 2014. Com o intuito, descrever a participação dos partidos políticos no processo de produção legislativa e detalhar as principais diferenças entre os partidos nacionais que ocuparam cadeiras na Câmara de Deputados, durante o período analisado. Além da introdução e considerações finais, o artigo está organizado em outras duas seções, a próxima seção que apresentará os Dados e Métodos da pesquisa e uma outra para expor os principais resultados até então encontrados.

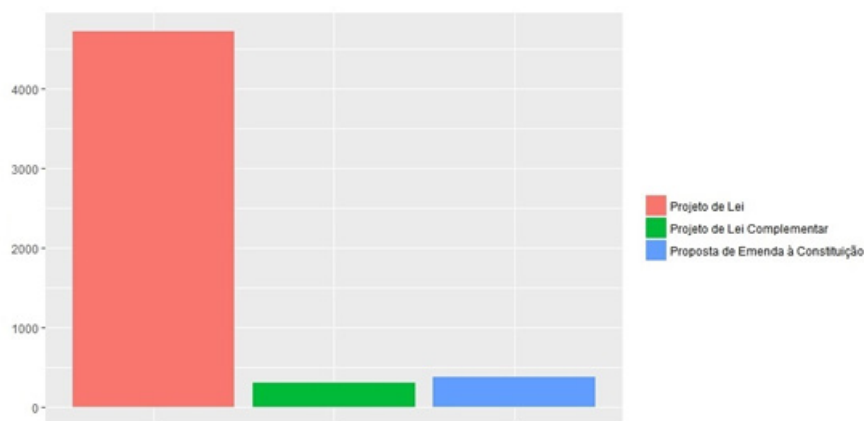
DADOS E MÉTODOS

O objetivo deste artigo é analisar a contribuição dos partidos políticos no processo de formação da agenda política legislativa. Para isso, serviram como unidade de análise as iniciativas legislativas em nível federal (emendas constitucionais, projetos de lei complementar e projetos de lei ordinária) que foram apresentados por parlamentares na Câmara de Deputados entre os anos de 1995 a 2014.

Os dados foram coletados no sítio eletrônico da Câmara de Deputados e compreendem as legislaturas: 50^a (1995 – 1999), 51^a (1999 – 2003), 52^a (2003 – 2007), 53^a (2007 – 2011) e 54^a (2011 – 2015), o recorte temporal justificasse pelas evidências levantadas por Figueiredo e Limongi de que o “padrão dominante de formação ministerial e o apoio partidário que caracterizou o presidencialismo na recente história democrática” (1999) iniciou a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, iniciando o que se chama na literatura de governo de coalizão majoritária. E finalizando no ano de 2014, por ser o término da legislatura mais próxima.

O banco de dados consiste num total de 42.441 proposições (aprovadas, rejeitadas ou em fase de apreciação), entretanto esse trabalho desenvolve os seus resultados com base numa amostra de 15% dos projetos, garantindo dessa forma “um maior custo-benefício” (Batista & Vieira, 2016) para pesquisa. As proposições aqui analisadas consistem nos projetos de Lei (PL), projetos de lei complementar (PLP) e projetos de emenda à Constituição (PEC): iniciativas das quais segundo a Constituição de 1988, os parlamentares podem vim a apresentar. Foram classificadas um total de 5.397 proposições de autoria do Legislativo que subdividem em 304 PLP, 372 PEC e 4.721 PL. Como pode ser observado no gráfico abaixo:

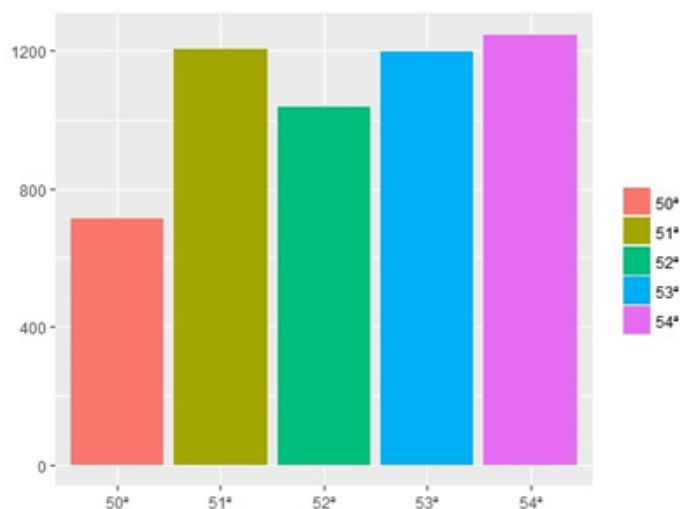
Gráfico 1 - Quantidade de iniciativas



Fonte: autores.

O próximo gráfico apresenta a quantidade das iniciativas por legislatura, demonstrando que os períodos em que os parlamentares mais legislaram foram durante as Legislaturas 51^a e 54^a, que compreendem aos mandatos de Cardoso II e Rousseff I. E a legislatura em que menos apresentaram iniciativas foi a 51^a, que corresponde ao mandato de Cardoso I. Como pode ser melhor visto, abaixo:

Gráfico 2 - Quantidade de Iniciativas por Legislatura



Fonte: autores.

A partir da amostra iniciou-se o processo de leitura das proposições que caracteriza-se pela análise quantitativa do conteúdo dos textos, conforme os conceitos apresentados por Neuendorf (2002), que consiste em uma “análise sistemática, objetiva e quantitativa das características da mensagem” que tem por objetivo “extrair o conteúdo significativo de um corpus de texto de forma sistemática” (Krippendorf, 2004). Essa técnica é muitas vezes utilizada para estudar os documentos produzidos pelos partidos, legislaturas e governos com o intuito de identificar ideologias, posicionamento e aqui nessa pesquisa a agenda

política (Slapin & Proksch, 2014).

O próximo passo consiste na classificação ou codificação das iniciativas legislativas. Esse processo aconteceu de maneira manual utilizando a classificação proposta por Batista e Vieira (2016), ou seja, a taxonomia proposta por Baumgartner e Jones (1993, 2012) o *Comparative Agendas Project* (CAP). A estrutura das diretrizes do CAP é baseada em uma classificação dupla. A primeira classificação consiste na utilização de 20 códigos gerais (conforme pode ser visto na tabela abaixo) que são ampliados em outros subcódigos (237 subcódigos, no total) permitindo uma análise mais profunda sobre os temas que compõem a agenda política. Por exemplo, em uma iniciativa que remete-se ao código de “Meio Ambiente”, posso detalhá-la utilizando uma subcategoria que refira-se mais detalhadamente ao seu tema, como poluição do ar, aquecimento global, reciclagem e entre outros.

Green-Pederson e Walgrave (2014) ainda apontam que essa classificação não necessita de estar acompanhada da teoria que a criou (Equilíbrio Pontuado) e conforme Batista e Vieira (2016) asseguram a utilização dessa classificação como uma importante forma de mapear as ênfases temáticas dos atores políticos nacionais. Ainda Green-Pederson e Walgrave (2014) destacam dois motivos para utilização da classificação: a) as categorias desenvolvidas por Baumgartner e Jones assemelham-se a lista de funções que a maioria dos Estados modernos desempenham e b) as categorias gerais refletem nas principais pastas dos gabinetes nacionais que refletem na organização dos Estados.

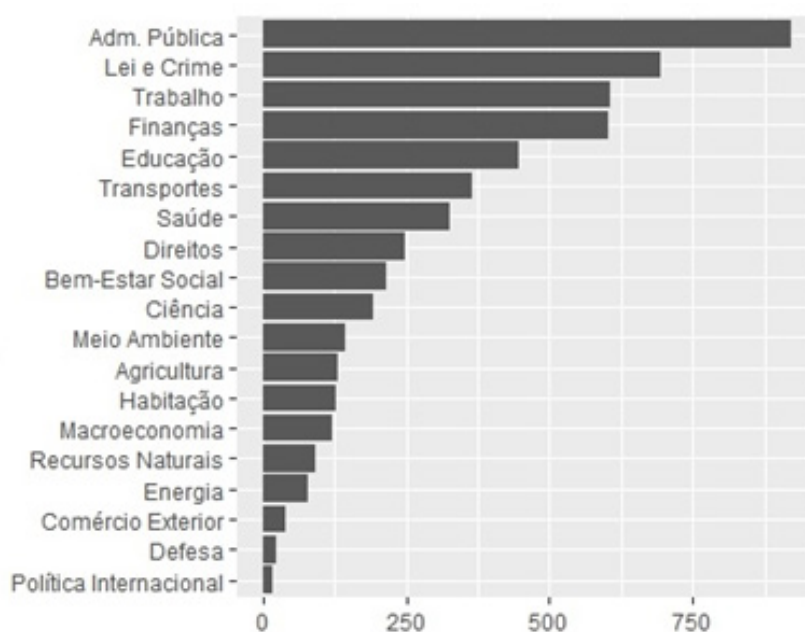
Tabela 1 - Classificação Temática

Código	Tema
1	Macroeconomia
2	Direitos Cívicos Gerais, Liberdades Cívicas e Minorias
3	Saúde
4	Agricultura
5	Trabalho e Emprego
6	Educação
7	Meio Ambiente
8	Energias
9	Imigração
10	Transportes
12	Questão de Lei, Crime e Famílias
13	Bem-estar Social
14	Planejamento Urbano e Políticas Habitacionais
15	Bancos, Finanças e Comércio Interno
16	Defesa
17	Ciência, Tecnologia e Comunicações
18	Comércio Exterior
19	Política Internacional e Ajuda Externa
20	Governo e Administração Pública
21	Recursos Naturais e Gestão da Água

Fonte: elaboração dos autores com base em Baumgartner e Jones, 2012.

A partir das iniciativas classificadas, os dados foram sistematizados e analisados com a utilização do *software* R. Os próximos gráficos apresentam a frequência de cada uma das categorias que mais foram legisladas e como isso se deu por cada legislatura.

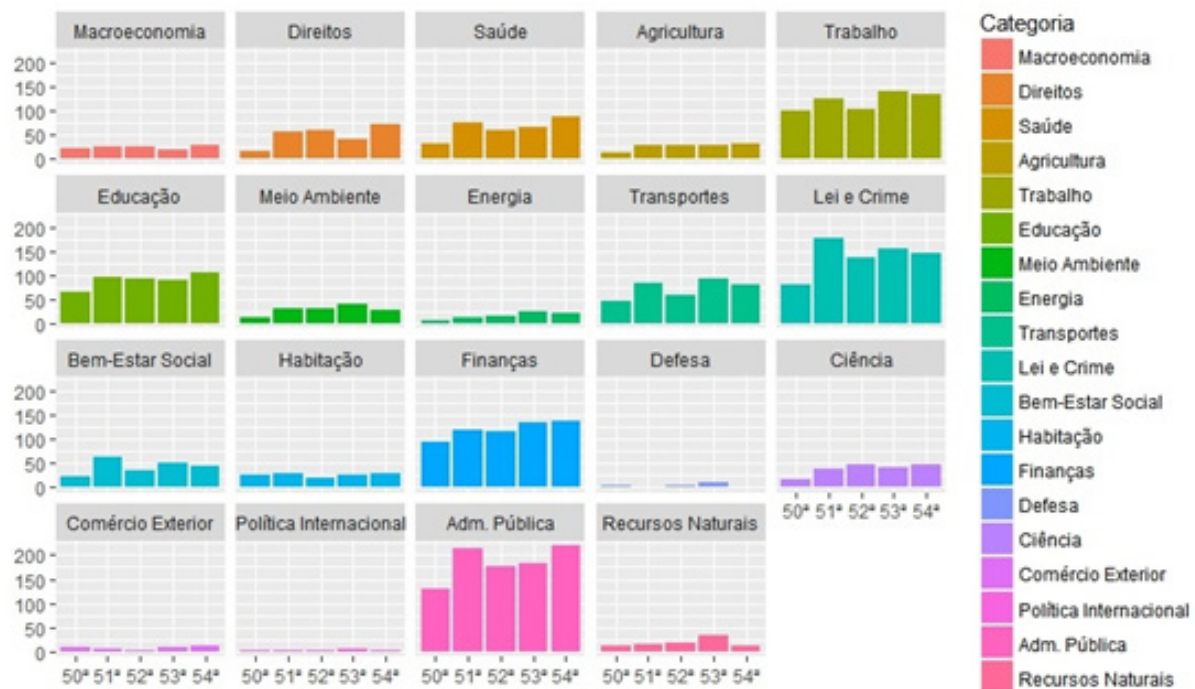
Gráfico 3 - Classificação Geral dos Temas



Fonte: autores.

Como pode ser visto de maneira geral, os temas que mais chamaram à atenção dos parlamentares para que possam vim a legislar correspondem à Administração Pública, Lei e Crime, Trabalho e Finanças. Assemelhando-se aos resultados encontrados por Santos (2013) que apresenta uma maior ênfase dos parlamentares para temas como Finanças, Administração e Judiciário. Enquanto temas referentes à “Política Internacional”, “Defesa”, “Comércio Exterior” e “Energia” chamam pouco à atenção dos congressistas. O gráfico abaixo apresenta como temas foram ganhando espaço ao longo das legislaturas, deixando mais evidente que os temas mais legislados continuam sendo Administração Pública, Lei e Crime, Trabalho e Finanças, enquanto outros temas ganharam destaques maiores em algumas legislaturas, como: Ciência (52^a), Trabalho (53^a e 54^a), Lei e Crime (51^a) e Recursos Naturais (53^a). Já assuntos relacionados à Educação, Transporte, Saúde e Finanças estão sempre presentes em todos os períodos da pesquisa. Esse gráfico demonstra também que áreas como Macroeconomia, Defesa, Comércio Exterior e Política Internacional possuem poucos projetos apresentados, isso em decorrência desses temas serem tidos como “monopólio do Presidente”, reforçando os resultados apresentados por Figueiredo e Limongi (1999).

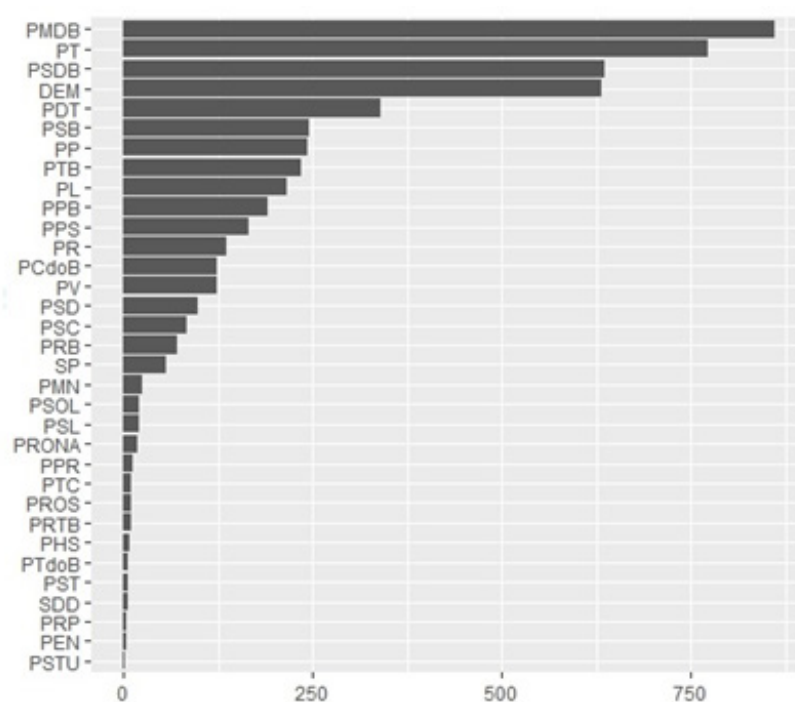
Gráfico 4 - Temas por legislatura



Fonte: autores.

O próximo gráfico mostra os partidos que mais legislaram ao longo do tempo foram o PMDB, PT, PSDB, DEM (aqui considerado como herdeiro do antigo PFL), PDT e PSB:

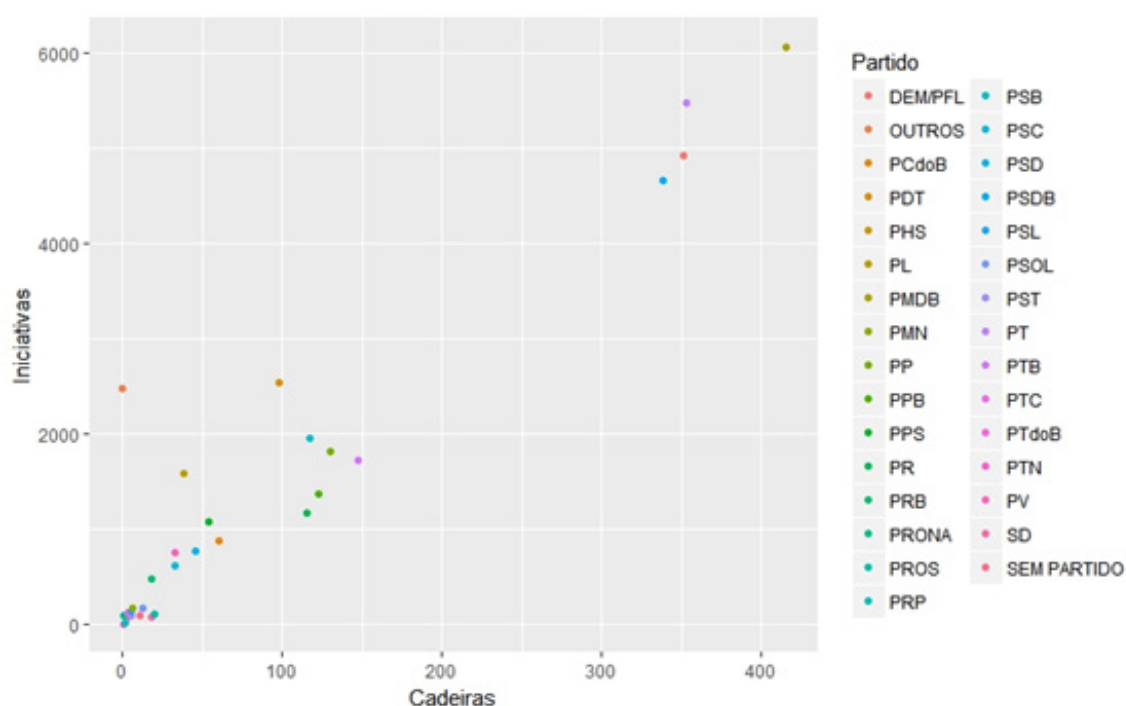
Gráfico 5 - Partidos que mais legislaram



Fonte: autores.

Vale destacar que esses partidos que mais legislaram (PMDB, PT, PSDB, DEM, PDT e PSB) sempre tiveram cadeiras e uma composição na Câmara dos Deputados bastante numerosa ao longo das legislaturas, ficando evidente após um teste de correlação entre o quantitativo das iniciativas legislativas apresentadas por cada partido e o número de cadeiras que cada partido ocupou ao longo das legislaturas pesquisadas, alcançando um resultado significativamente positivo ($r = 0,949$), que quando maior a bancada, maior será a quantidade de iniciativas apresentadas pelos partidos (ou também o contrário: quanto menor a bancada, menor o número de proposições) como pode ser notado no gráfico abaixo:

Gráfico 6 - Iniciativas X Cadeiras



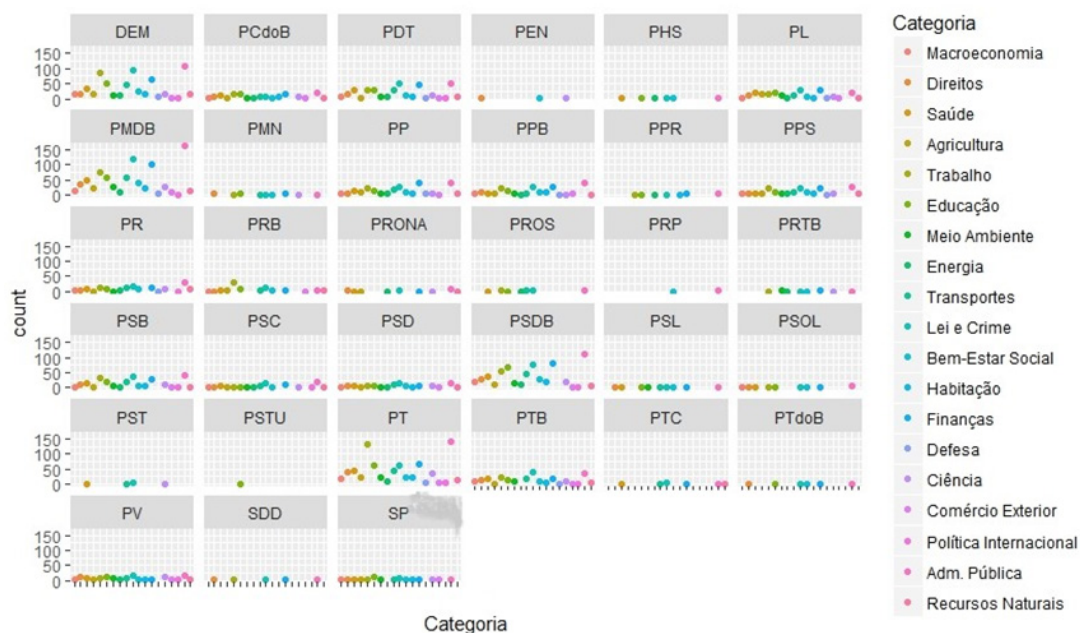
Fonte: autores.

SOBRE O QUE OS DEPUTADOS LEGISLAM?

A agenda política compreende o conjunto de questões mais importantes que o governo se concentra em algum momento (Kingdon, 1984), nesse caso, esse artigo tem como objetivo descrever os temas presentes na agenda legislativa dos partidos políticos. Esses temas podem incluir economia, saúde, educação, transporte e entre outros. E quais dessas questões são expressas nas iniciativas legislativas dos partidos brasileiros?

O próximo gráfico apresenta quais temas foram mais presentes nas legislações iniciadas pelos partidos políticos nacionais:

Gráfico 7 - Temas por partidos



Fonte: autores.

Com base no gráfico, nota-se que os temas que mais se destacaram na agenda dos partidos são referentes à Administração Pública, Finanças, Lei e Crime e Trabalho. Apresentando algumas modificações nos grandes partidos (PMDB, PT, PSDB e DEM). Como os próximos gráficos demonstram com mais precisão.

Gráfico 8 - Temas pelos partidos (PMDB, PT, PSDB e DEM)



Fonte: autores.

Como podemos observar, há algumas diferenças relevantes entre os quatro partidos que mais ocuparam cadeiras legislativas (PMDB, PT, PSDB e DEM) em áreas importantes. Na área de Administração Pública, partidos como o PMDB e PT se destacam mais. Em assuntos relacionados ao poder Judiciário e ao Lei e Crime, o PMDB e o DEM apresentam mais proposições legisladas do que os demais. Enquanto, questões referentes ao Trabalho ganharam mais ênfase na agenda do PT, como a Educação para os parlamentares do PSDB. O próximo gráfico apresenta de maneira geral a agenda desses 4 partidos:

Gráfico 9 - Temas pelos partidos (PMDB, PT, PSDB e DEM) 2



Fonte: autores.

Sobre outros temas destacamos: o PSDB em assuntos relacionados à Macroeconomia; o PMDB atuando em questões de Saúde e Meio Ambiente; enquanto os parlamentares petistas atuaram com mais força em áreas como Direitos, Agricultura e Ciências e o DEM em assuntos referentes aos Recursos Naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho deve como objetivo observar quais eram os temas que os partidos políticos brasileiros legislavam na Câmara de Deputados, e mesmo utilizando uma amostra de 15% das iniciativas propostas, os resultados encontrados na pesquisa não são tão triviais. Como: a) a produção legislativa gira em torno de assuntos referentes à Administração Pública, Lei e Crime, Finanças e Emprego; b) os partidos se assemelham na produção desses assuntos e de outros; c) apesar da semelhança, alguns temas ga-

nham mais destaques do que outros, como Trabalho pelo PT, Educação pelo PSDB e Lei e Crime pelo PMDB, por exemplo.

De antemão, o que observa-se (mesmo que de maneira preliminar) é que os partidos políticos brasileiros não expressam uma agenda específica sobre determinados assuntos, demonstrando até mesmo, uma grande convergência sobre alguns assuntos. Essa informação pode ser interpretada de duas formas: a) que quando há grandes questões ou problemas que são evidentes para a Sociedade, todos os partidos precisam ou querem legislar sobre esses temas e b) mesmo se os partidos legislassem sobre as mesmas coisas, eles podem propor por uma ótica diferente, conforme suas visões de mundo. Ambas interpretações apenas indicam a necessidade de mais pesquisas sobre a produção legislativa dos partidos, que aponta-se como uma importante agenda de pesquisa para conhecer melhor como ocorre a atuação dos partidos enquanto legisladores.

REFERÊNCIAS

- Alrich, J. 1995. *Why parties? The origin and transformation of political parties in America*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Almeida, A. 2017. Delegação, representação e atividade legislativa: explicando o novo protagonismo do Congresso. 41º Encontro Anual da Anpocs.
- Almeida, A. 2016. A política da mudança institucional: o processo legislativo no Brasil pós-1988. 40º Encontro da Anpocs.
- Ames, B. 2003. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- Amorim Neto, O. & Santos, F. 2003. O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 46, n. 4, pp. 661 – 697.
- Batista, M. & Vieira, B. 2016. Mensurando Saliência: uma medida com base em ênfase na agenda legislativa do Brasil (1995 – 2014). Primeira Versão. Manuscrito apresentado para X ABCP.
- Baumgartner, F. & Jones, B. 1993. *Agendas and instability in American politics*. University of Chicago Press.
- Baumgartner, F. & Jones, B. 2012. From there to here: punctuated Equilibrium to the general punctuation thesis to a theory of Government Information Processing. *The Policy Studies Journal*, v. 40, nº 1.
- Figueiredo, A. & Limongi, F. 1999. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Editora FGV: Rio de Janeiro.
- Figueiredo, A. & Limongi, F. 2007. Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo brasileiro e apoio legislativo na democracia brasileira. In: Melo, C. R.; Sáez, M. A. (Orgs.) *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

- Freitas, A. 2016. *O presidencialismo da coalizão*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.
- Freitas, A.; Izumi, M.; Medeiros, D. 2017. Fiding the party: legislative behavior in Brazil. Paper apresentado no 9º Congresso da ALACIP, Montevideo.
- Green-Pederson, C. & Walgrave, S. (edit.). 2014. *Agenda setting, policies, and political systems: a comparative approach*. The University of Chicago Press.
- Izumi, M. 2017. Construindo agenda política. 41º Encontro Anual da ANPOCS.
- Kingdon, J. 1984. *Agendas, alternatives and public policies*. Boston: Little Brown.
- Krippendorff, K. 2004. *Content Analysis: an Introduction to its methodology*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Mainwaring, S. 2001. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre, RS; Rio de Janeiro, RJ: Mercado Aberto; FGV.
- March, J. & Olsen, J. 1989. Rediscovering institutions: the organizational basis of politics. New York: Free Press.
- Moreira, D. 2016. *Com a palavra os nobres deputados: frequência e ênfase temática dos discursos dos parlamentares brasileiros*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade de São Paulo.
- Neuendorf, K. 2002. *The Content Analysis Guidebook*. Thousand Oaks. Sage Publications.
- Pereira, C. & Mueller, B. 2003. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*: Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, pp. 735 – 771.
- Ricci, P. 2003. O conteúdo da produção legislativa brasileira: leis nacionais ou políticas paroquiais. *Dados – Revista de Ciências Sociais*: Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, pp. 699 – 734.
- Santos, J. 2013. Representação e partidos políticos: uma análise da produção legislativa no Brasil. Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da UnB.
- Slapin, J. & Proksch, S. 2014. Words as Data: Content Analysis in Legislative Studies. In.: Martin, S. et. al. (eds.). *The Oxford Handbook of Legislative Studies*. Oxford: Oxford University Press.

Aceito em 30/09/2018

SOBRE OS AUTORES

Bhreno Vieira é graduado em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. É atualmente membro do Grupo de Instituições, Política e Governo do Departamento de

Ciência Política da UFPE. Tem como principais temas de interesse os partidos políticos e o estudo da agenda política no presidencialismo brasileiro.
E-mail: bhrvieira@outlook.com.

Mariana Batista é doutora e professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco. Foi pesquisadora visitante na Universidade de Oxford (2017) e na Universidade de Harvard (2018). Tem como principais temas de interesse relações Executivo-Legislativo e políticas públicas.
E-mail: mariana.bsilva@gmail.com.

WHAT DO LAWMAKERS WRITE? A STUDY ON THE BRAZILIAN POLITICAL AGENDA OF THE CHAMBER OF DEPUTIES (1995 TO 2014)

Abstract: What are the themes that make up the legislative agenda of Brazilian political parties? The objective of this article is to analyze the parliamentary contribution in the process of forming the legislative policy agenda, from 1995 to 2014. And, thus, identify the main themes that make up the agenda of Brazilian political parties while they are in the Câmara dos Deputados (Lower House). To do this, we used a sample of legislative initiatives (bills, constitutional amendment laws and complementary laws) presented during the 50th to 54th legislatures. Classifying them according to the typology developed by Baumgartner and Jones (1993), *Comparative Agendas Project*, as well as descriptive statistical techniques for data systematization. The results of the research present a description of the performance of political parties in the Legislative and how they express their political agenda through propositions over time.

Keywords: Câmara dos Deputados (Lower House); Legislative Agenda; Parliamentary Initiatives; Content analysis.

¿QUÉ ESCRIBEN LOS LEGISLADORES? UN ESTUDIO SOBRE LA AGENDA POLÍTICA BRASILEÑA DE LA CÁMARA DE DIPUTADOS (1995 A 2014)

Resumen: ¿Cuáles son las cuestiones que componen la agenda legislativa de los partidos políticos brasileños? El objetivo de este artículo es analizar la contribución parlamentaria en el proceso de formación de la agenda política legislativa entre 1995 y 2014. Y así identificar las principales cuestiones que componen el patrón de los partidos políticos brasileños mientras están en la Cámara de Diputados. Para hacer esto, utilizamos una muestra de las iniciativas legislativas (proyectos de ley, leyes de enmienda constitucional y leyes suplementarias) presentadas durante la legislatura de 50ª a 54ª. En la mayoría de los casos, la mayoría de las personas que sufren esta enfermedad, la investigación presenta una descripción del desempeño de los partidos políticos en el Legislativo y cómo ellos expresan su agenda política a través de las propuestas para mucho tiempo.

Palabras clave: Cámara de Diputados; Agenda Legislativa; Iniciativas Parlamentarias; Análisis de contenido.